

O impacto da pandemia de Covid-19 nas condições de trabalho da categoria docente da Educação Básica no Brasil, através de uma revisão de escopo: precarização, trabalho feminino e saúde

José Nunes da Silva Filho¹ (Orcid: 0000-0001-6011-6660) (jose_nunes_99@hotmail.com)

Cristiane Batista Andrade² (Orcid: 0000-0003-1441-9171) (cristiane.andrade@fiocruz.br)

Flávia Porto¹ (Orcid: 0000-0002-3811-3188) (flaviaporto30@gmail.com)

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciências do Exercício e do Esporte, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

² Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Resumo: **Objetivo:** Verificar as mudanças nas condições de trabalho e de saúde mental relatadas por docentes da Educação Básica na rede pública brasileira durante a pandemia da Covid-19. **Método:** Revisão de escopo, registrada na *Open Science Framework*, seguindo as recomendações do método Joanna Briggs Institute e a mnemônica PCC (População, Conceito e Contexto), para formulação da questão de pesquisa. Artigos publicados em português, inglês e espanhol, nos anos 2020-2022, foram pesquisados nas bases LILACS, Periódicos CAPES, SciELO, MEDLINE (PubMed) e ERIC. **Resultados:** Após aplicados os critérios de elegibilidade, nove estudos foram selecionados, totalizando 35 mil docentes foram entrevistados, na maioria mulheres e com predomínio da faixa etária entre 30-49 anos. A maioria relatou aumento da carga de trabalho, diminuição da remuneração e sem facilitação para uso de tecnologias digitais. O impacto negativo na saúde mental no período foi percebido por desgaste emocional, depressão, ansiedade, insônia. **Conclusão:** Mais mulheres participaram dos estudos e relataram diminuição da renda, aumento da carga de trabalho, sobreposição de tarefas domésticas com profissionais, condições precárias para desenvolverem o trabalho no novo formato de aulas, dificuldade de acesso à internet e de comunicação com alunos(as) e gestores(as).

► **Palavras-chave:** Docentes. Teletrabalho. Saúde Mental. Educação Básica. Covid-19.

Recebido em: 09/08/2023

Revisado em: 01/06/2024

Aprovado em: 04/07/2024

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312025350103pt>

Editor responsável: Breno de Oliveira Ferreira

Pareceristas: Sílvia Jardim, Marlene Monteiro e Geilsa Soraia Valente

Introdução

Com o surgimento da pandemia da Covid-19, medidas de distanciamento social foram amplamente adotadas por governos de diversos países, por serem consideradas a estratégia comprovadamente mais eficaz para conter a propagação do vírus (WHO, 2020). Ao longo desse período desafiador, a suspensão temporária de serviços não essenciais ocorreu de forma heterogênea em diferentes estados e municípios brasileiros. No cenário educacional, o Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, autorizou as instituições de ensino do país a substituírem as aulas presenciais por modalidades remotas durante a pandemia (Barbosa; Viegas; Batista, 2020). Dessa maneira, à semelhança de diversas categorias profissionais, docentes aderiram ao trabalho remoto, desempenhando suas atividades laborais em suas residências para atender às exigências de distanciamento social (Domingues, 2021).

Com isso, enfatiza-se que as dificuldades no trabalho de professoras(es) não são recentes. A Educação Básica brasileira, nas últimas décadas, tem sido afetada negativamente por mudanças, incluindo a degradação das condições de carreira ao longo do tempo, a flexibilização das leis trabalhistas, com contratos temporários, exigências de cumprimento de metas e competições entre colegas, entre outros fatores (Oliveira, 2020). Nesse contexto, há um avanço nos estudos sobre a profissão docente, destacando-se a importância das condições precárias de trabalho e suas relações com a saúde de professoras(es) (Oliveira, 2020; Souza; Leite, 2011; Leão; Oliveira; Aparecida, 2012; Domingues, 2022). Entende-se como condições de trabalho aquelas relacionadas ao ambiente físico (instalações, materiais, insumos e equipamentos), às relações e formas de contratação, à remuneração e ao desenvolvimento da carreira, e que estão associadas aos riscos de adoecimento e à segurança da saúde (Leão; Oliveira; Aparecida, 2012).

Com a chegada da pandemia, as condições de trabalho de professoras(es) sofreram impactos, sobretudo com o aumento da jornada e das demandas trabalho. Uma pesquisa nacional, realizada entre 30 de abril a maio de 2020, na qual participaram 14.285 docentes de escolas públicas (84,7%) e privadas (15,3%), mostrou que a maioria é composta por mulheres (80,5%) e brancas (64,6%). Sobre o trabalho docente, professoras(es) relataram mudanças substanciais no modo de fazer pedagógico como o aumento das atividades, especialmente com a necessidade de

se utilizar os recursos digitais, realizar reuniões e aulas *on-line*, oferecer orientações às famílias e aos estudantes, dentre outros. Outro achado importante é que pessoas negras receberam menos apoio da gestão escolar e têm mais dificuldade para receber seus salários (Fundação Carlos Chagas, 2020).

No contexto do trabalho docente, as consequências da pandemia da Covid-19 foram significativas, exigindo adaptações por parte de professoras(es) para continuar a lecionar, especialmente ao considerar as diferenças entre as redes de ensino público e privado. Isso porque a desigualdade no acesso à educação foi exacerbada pela falta de infraestrutura digital apropriada, bem como pela disparidade no acesso à internet e dispositivos tecnológicos. Esses fatores amplificaram as discrepâncias educacionais entre alunos pertencentes a diferentes estratos sociais. Além disso, os educadores enfrentam uma carga de trabalho adicional ao preparar e conduzir aulas *on-line*, muitas vezes sem uma compensação adequada, o que inclui também a realização de tarefas administrativas relacionadas ao ensino remoto.

Somado a isso, professoras(es) da rede pública enfrentaram desafios adicionais devido à falta de recursos tecnológicos e de suporte adequado por parte das instituições governamentais, resultando em uma transição mais difícil para o ensino remoto (Instituto Península, 2020; International Labour Organization, 2021; SINPRO-SP, 2021). Esses dados evidenciam os impactos diferenciados da pandemia nas condições de trabalho docente, ressaltando a importância de políticas e medidas de apoio específicas para cada rede de ensino.

Nesse cenário, houve transformações nas condições de trabalho de docentes com o uso do espaço doméstico para as aulas *on-line* que trouxeram implicações como lidar com as dificuldades face aos aplicativos de aulas remotas, precariedade ou a falta de *internet*, de computadores, programas, fones/câmeras etc., além da ausência de formações para o uso dos recursos tecnológicos. Essa conjuntura influenciou o ato educativo, pois, quanto maiores os obstáculos, maior o tempo de trabalho, logo, a acentuação da sobrecarga das atividades (Oliveira, 2020; Domingues, 2022; Hernández; Calvillo, 2022). O adoecimento de docentes aparece por meio dos relatos de medo, angústia, cansaço, estresse e ansiedade, que foram exacerbados pelo isolamento social (Oliveira, 2020; Ayala-Carillo; Pérez-Fra; Zapata-Martelo, 2023).

Essa sobrecarga de trabalho, em plena pandemia, está relacionada com as preocupações de docentes com processo de ensino e aprendizagem e o bem-estar de seus estudantes, pois, eles(as) têm dificuldades diante do acesso aos recursos

materiais e tecnológicos como computadores, dados móveis, *internet* de banda larga; problemas socioemocionais, de aprendizagem e de evasão escolar que foram acentuados pela pandemia (Hernández; Calvillo, 2022). Ademais, docentes do ensino superior relatam a pouca interação social com estudantes no trabalho remoto (Ayala-Carillo; Pérez-Fra; Zapata-Martelo, 2023).

Outro aspecto relevante é sobre as relações de gênero e o trabalho reprodutivo que devem ser o cerne dos estudos sobre a docência na Educação Básica, uma vez que ela é composta majoritariamente por mulheres. Os dados oficiais de 2021 apontam que: na Educação Infantil, elas somam 96,4%; no Ensino Fundamental nos anos iniciais, 88,1%, e, nos anos finais, 66,8%; no Ensino Médio, elas perfazem 57,8% (Brasil, 2021). Passados três anos do início da Covid-19, as dificuldades das trabalhadoras referentes ao cuidado é ainda um desafio a ser enfrentado, já que ele é histórico e socialmente destinado às mulheres, sem que elas sejam pagas pelo exercício desse trabalho (Bitencourt; Andrade, 2021; Ayala-Carillo; Pérez-Fra; Zapata-Martelo, 2023).

Com a pandemia, além das atividades com o ato educativo, professoras tiveram que lidar com o cuidado familiar (não sem obstáculos), a organização da vida social, o exercício da maternidade, o auxílio aos filhos em idade escolar, o adoecimento de si e de outros membros da família pela Covid-19, a preparação da alimentação, a limpeza e a higienização da casa. Com isso, a sobrecarga aparece expressa pelos problemas de saúde como estresse, cansaço, esgotamento e problemas gastrointestinais (Ayala-Carillo; Pérez-Fra; Zapata-Martelo, 2023).

Diante disso, analisar o trabalho docente na Educação Básica, no Brasil, permite desvelar os obstáculos enfrentados por professoras(es) na pandemia. Tomar como centralidade as condições de trabalho e as relações de gênero é profícuo para se pensar na saúde desses profissionais, que, além das adversidades advindas com o avanço da Covid-19, enfrentam as políticas neoliberais e as condições de trabalho precarizadas (Oliveira, 2020).

A produção de evidências científicas, com a finalidade de fomentar a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora (Brasil, 2012), é um caminho essencial para dar visibilidade a esse problema de saúde pública. Portanto, o objetivo deste estudo foi verificar as condições de trabalho e as questões de saúde mental relatadas por docentes da Educação Básica na rede pública brasileira durante a pandemia da Covid-19.

Métodos

Trata-se de uma revisão de escopo (RDE), que segue as recomendações do Joanna Briggs Institute (JBI, 2015), e a *checklist* de verificação de relatórios para Revisões de Escopo PRISMA (Tricco *et al.*, 2018). A pesquisa foi registrada na plataforma *Open Science Framework* (OSF) sob o registro identificador: osf-registrations-8fvwz-v1 e DOI: <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/8FVWZ>.

A pergunta de pesquisa, desta RDE, utilizou a estratégia PCC (JBI, 2015; DeCSM 2017), sendo determinado que: P (População) = Professores homens e mulheres, atuantes na Educação Básica brasileira de ensino; C (Conceito) = Condições de trabalho desses profissionais e seu impacto na saúde mental; C (Contexto) = Estudos experimentais (artigos) de predominância quantitativa ou qualitativa realizados durante a pandemia da Covid-19.

Baseada nessa mnemônica do PCC, a questão central desta RDE foi: quais as condições de trabalho relatadas por docentes atuantes na Educação Básica brasileira durante a pandemia da Covid-19 e o impacto na sua saúde mental?

Estratégia de busca

A estrutura de busca foi determinada por duas fases. Na primeira, foi realizada uma busca prévia na base dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH) (Peters *et al.*, 2020), para detectar os termos exatos nos idiomas português, inglês e espanhol. Destarte, consideraram-se os seguintes descritores “Faculty”, “Education, Education Primary and Secondary”, “Working Conditions” e “Covid-19” e seus respectivos sinônimos estrangeiros.

Já na segunda da busca, utilizando descritores, termos de indexação, palavras-chave e respectivos sinônimos encontrados, organizou-se juntamente com os operadores booleanos “e”, “ou” e “não” – AND, OR e NOT – em inglês, uma frase booleana, conforme a estratégia PCC.

Depois de formada a frase de busca, houve a pesquisa nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Periódicos CAPES, Scientific Electronic Library Online (SciELO), National Library of Medicine (MEDLINE/PubMed) e Educational Resources Information Center (ERIC), no mês de outubro de 2022.

Seleção dos estudos e apresentação dos dados

A organização e o armazenamento dos estudos encontrados foram geridos no *software* Rayyan (<https://rayyan.ai/>), que é gratuito e está disponível livremente no *site*, após cadastro do usuário (Ouzzani *et al.*, 2016). Depois de armazenados, houve agrupamento dos estudos, segundo suas bases de dados, e todos os artigos duplicados foram removidos.

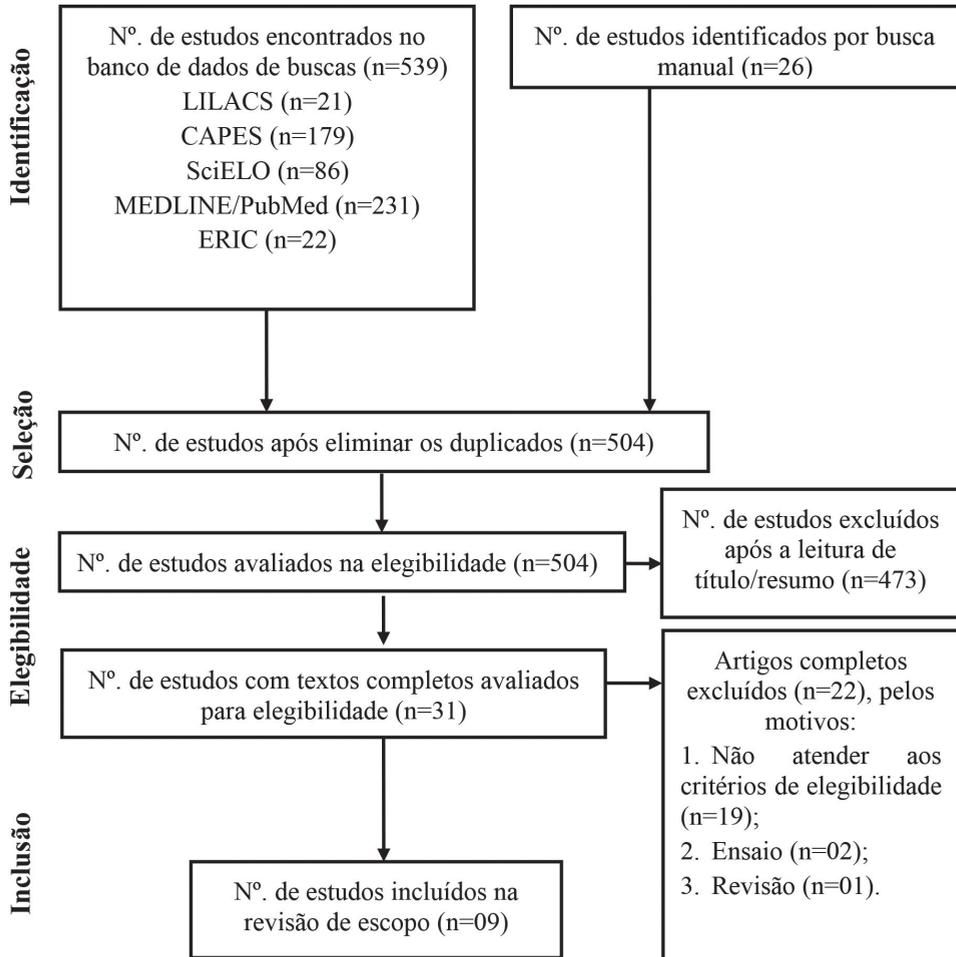
Todo o processo de seleção, inclusão e exclusão dos estudos foi realizado de modo independente por pesquisadores experientes e seguindo os critérios de inclusão, de acordo com a mnemônica PCC. Para tanto, o filtro de seleção iniciou-se pela leitura do título e do resumo, seguindo, quando selecionados, para a leitura do trabalho na íntegra.

Feito isso, houve o armazenamento dos dados extraídos das referências selecionadas em planilha criada pelos próprios pesquisadores em *software* (Microsoft Excel 365[®]201, Redmond Washington, EUA, respeitando a temática do trabalho, a fim de catalogar as informações relevantes, segundo o protocolo JBI (Peters *et al.*, 2020).

Resultados

Na fase de identificação, foram encontrados 539 estudos nas bases de dados supracitadas e mais 29 por busca manual. Depois de aplicados os critérios de elegibilidade, nove estudos foram selecionados para análise, conforme visto na Figura 1 (Page *et al.*, 2020).

Figura 1. Fluxograma PRISMA de seleção dos estudos



No Quadro 1, apresenta-se uma síntese do perfil das amostras estudadas.

Quadro 1. Perfil das amostras estudadas

AUTOR	CARACTERÍSTICAS DAS AMOSTRAS
Lima Filho; Gonçalves e Santos (2022)	<p>Número: 2.402. Idade: 35 anos (32,8%); 35 a 49 anos (48,4%); + 50 anos (18,7%). Gênero: 77,2% M e 22,8% H.</p> <p>Atuação: Ensinos Fundamental e Médio. Concursados/efetivos: 51,6%; contrato CLT: 18,6%; temporários: 16,3%.</p> <p>Formação: NR.</p> <p>Faixa salarial: 2 salários (10,9%), 2 a 5 salários (44,6%), 5 a 10 salários 34,8% e + 10 salários (9,7%).</p>
Rosseto; Rocha (2022)	<p>Número: 170. Idade: NR. Gênero: 96,5% M e 4,5% H.</p> <p>Atuação: EF anos finais.</p> <p>Formação: 85% com pós-graduação;</p> <p>Faixa salarial: NR.</p>
Gome; Gondim (2021)	<p>Número: 15. Idade: Média de 38,6 anos. Gênero: 66,6% M e 33,4% H</p> <p>Atuação: EF anos finais: 53,3% efetivos e 46,7% contratados.</p> <p>Formação: NR.</p> <p>Faixa salarial: 0 a 1 salário (13,3%), 1 a 3 salários (53,3%) e 3 a 6 salários (33,4%).</p>
Lima <i>et al.</i> (2021)	<p>Número: 15.64. Idade: 21 a 40 anos (41,2%); 41 a 60 anos (56,2%) e > 60 anos (2,6%). Gênero: 81,9% M e 18,1% H.</p> <p>Atuação: Concursado/efetivo (54%), contratado/designado (46%). Tempo de docência: até 10 anos (38,2%), 11 a 20 anos (40,9%) e > 20 anos (37,9%).</p> <p>Formação: Graduação (24,5%), Especialização (71,1%) e Mestrado/Doutorado (4,4%)</p> <p>Faixa salarial: 01 a 03 salários (52,4%), 04 salários (20,4%) e > 04 salários (27,2%)</p>
Moura; Melo (2021)	<p>Número: 41. Idade: 30-40 anos (48,8%). Gênero: 40 (97,6%) M e 1 (2,4%) H.</p> <p>Atuação: Educação Infantil, rede pública: 32 (78%), privada: 8 (19,5%) e desempregado: 1 (2,4%). Tempo de atuação na área: < 5 anos: 6 (14,6%), 5 a 10 anos: 14 (34,1%), 11 a 15 anos: 14 (24,4%) e > 15 anos: 11 (26,8%).</p> <p>Formação: NR. Faixa salarial: NR.</p>
Souza <i>et al.</i> (2021)	<p>Número: 733. Idade: 20-69 anos. Gênero: 583 (79%) M e 150 (21%) H.</p> <p>Atuação: 179 (24%) Educação Infantil, 182 (25%) Ensino Fundamental I, 209 (29%) Ensino Fundamental II, 152 (21%) Ensino Médio. 568 (77%) atuavam em, apenas, um nível de ensino e 165 (23%) atuavam em mais de um: rede pública 61% e privada 39%. Tempo de atuação na área: NR. Formação: NR.</p> <p>Faixa salarial: NR.</p>

continua...

AUTOR	CARACTERÍSTICAS DAS AMOSTRAS
Zientarski; Souza; Martins (2021)	Número: 303 Professores e 20 Gestores: 323 (total). Idade: NR. Gênero: NR. Atuação: Educação Básica: 96% e Educação Superior: 4%. Tempo de atuação na área: 1 e 40 anos. Atua na rede pública: 241 (75%) e privada: 82 (25%). Formação: NR. Faixa salarial: NR.
Cruz <i>et al.</i> (2020)	Número: 84. Idade: 24 a 34 anos. Gênero: 63 (75%) M e 21 (25%) H. Atuação: rede pública/privada. Tempo de atuação na área: NR. Formação: NR. Faixa salarial: NR.
Duarte; Hypolito (202)	Número: 15.654. Idade: NR. Gênero: H e M: NR Atuação: Atuação na Educação Básica pública. Formação: NR. Faixa salarial: NR.

Legenda: **H:** Homens, **M:** Mulheres, **EF:** Ensino Fundamental, **NR:** Não relatado no estudo; **CLT:** Consolidação das Leis Trabalhistas; **NR:** Não relatado; **EF:** Ensino Fundamental.

Fonte: elaboração própria.

Os desfechos das pesquisas analisadas são sintetizados no Quadro 2.

Quadro 2. Desfechos encontrados nos estudos

AUTORES	DESFECHOS
Lima Filho; Gonçalves e Santos (2022)	Período de coleta dos dados: Entre 20/04 a 30/06/2020. Local de trabalho: <i>Home office:</i> A maioria (% NR). Aumento na CHFT e CHIT: CHFT: 04 a 08 h (32,4%), 08 a 12h (22,3%), + de 12 h (8,3%) e 27,4% não trabalhavam todos os dias. CHIT: 59% tiveram aumentado na CHIT (montando aula e aprendendo a lidar com ferramentas que não sabiam); Professoras enfrentam provações diferenciadas, com maior carga de trabalho doméstico e de cuidado com filhos ou genitores. Alteração na renda familiar: NR. Ferramentas tecnológicas usadas pelos docentes: 90% possuíam <i>smartphones</i> , 93,1% dispunham de computadores (<i>notebooks</i> e/ou <i>desktops</i>) e 14,1% de <i>tablets</i> . Acesso à internet: 63,1% residencial e plano de dados de celular combinados; 33,3% apenas residencial, 3,3% apenas por celular e 0,3% não dispunha desses meios de acesso à rede. Facilitação para uso de tecnologias digitais: 8,7% tinham domínio alto desse tipo de tecnologia, 30,7% nível bom e 45,8% mediano; trabalharam mais e sem nenhum aporte. Impactos relatados na saúde mental: 77% relataram estar ansiosos e 66% cansados.

continua...

AUTORES	DEFECOS
Rosseto; Rocha (2022)	<p>Período de coleta dos dados: NR. Local de trabalho: <i>Home Office</i>.</p> <p>Aumento na CHFT e CHIT: CHFT: NR. CHIT: 80,6% destacaram sobrecarga de trabalho, 42,4% necessidade de um tempo maior para planejarem as atividades e relatórios, 69,4% alegaram excesso de atividades (domésticas e profissionais), 49% dificuldades com cobranças por resultados e 52,9% descreveram complicações para conciliar as atividades e a rotina doméstica/ familiar. Alteração na renda familiar: NR.</p> <p>Facilitação para uso de tecnologias digitais: 75,9% não receberam treinamentos e formação específica; 17,6% não receberam e 6,5% receberam alguma capacitação.</p> <p>Ferramentas tecnológicas usadas pelos docentes: NR. Acesso à internet: NR</p> <p>Impactos relatados na saúde mental: Perceberam-se os efeitos psíquicos com o aumento na sobrecarga e cobrança indevida: sintomas de angústia, ansiedade, insônia, nervosismo, tristeza, preocupação e sentimentos de culpa e frustração.</p>
Gome; Gondim (2021)	<p>Período de coleta dos dados: Entre fevereiro a abril de 2021. Local de trabalho: <i>Home Office</i>.</p> <p>Aumento na CHFT e CHIT: 60% tiveram a CHTF negativamente modificada e 80% aumentaram a CHIT por trabalhar fora do horário de trabalho. Alteração na renda familiar: NR.</p> <p>Facilitação para uso de tecnologias digitais: 66,6% tiveram treinamento para o manuseio de ferramentas digitais e 33,4%, não.</p> <p>Ferramentas tecnológicas usadas pelos docentes: NR. Acesso à internet: Tiveram uma boa conexão com a internet para ministrar as aulas, porém, esta realidade não se adequou aos alunos, que não tinham tecnologia suficiente para acompanharem as aulas.</p> <p>Impactos relatados na saúde mental: Aumento de 80% no nível de estresse percebido devido às necessidades de adaptação. Relatos de medo, insegurança e cansaço com as aulas online: 60% sentiam ansiedade, falta de apetite, concentração, insônia e exaustão, 20% afastaram-se por problema de saúde e 40% procuraram algum método de relaxamento.</p>
Lima <i>et al.</i> (2021)	<p>Período de coleta dos dados: Entre 20/08 a 11/09/2020. Local de trabalho: <i>Home Office</i>.</p> <p>Aumento na CHFT e CHIT: 50,4% até 10 h; 39,9% de 11 a 39 h; e 40,9% + de 40 h.</p> <p>Alteração na renda familiar: 40% relataram terem baixado a renda salarial.</p> <p>Facilitação para uso de tecnologias digitais: NR. Ferramentas tecnológicas usadas pelos docentes: NR. Acesso à internet: NR.</p> <p>Impactos relatados na saúde mental: Episódios de tristeza (46,4%), ansiedade (58,4%) e dificuldade no sono (44,7%), além de associação entre redução da renda e episódios de tristeza, ansiedade e problemas do sono.</p>

continua...

AUTORES	DESFECHOS
Moura; Melo (2021)	<p>Período de coleta dos dados: entre 6 e 13 de maio de 2021. Local de trabalho: <i>Home Office</i>: 26 (63,4%), Híbrido: 09 (22%), Presencial: 04 (9,8%), não trabalharam: 02 (4,9%).</p> <p>Aumento na CHFT e CHIT: NR. Alteração na renda familiar: NR.</p> <p>Ferramentas tecnológicas usadas pelos docentes: 21 (51,2%) usavam uma ou mais tecnologias, 13 (31,7%), somente, telefone celular, 06 (16,6%) usavam Notebook ou <i>tablet</i>. Acesso à internet: 31 (75,6%) usavam equipamentos e sinal de internet próprios, 7 (17,1%) fornecidos pela instituição de ensino e 3 (7,3%) equipamentos fornecidos pela instituição, porém, sinal de internet de uso pessoal.</p> <p>Facilitação para uso de tecnologias digitais: 29 (70,7%) não receberam qualquer instrução para a nova realidade de trabalho e 12 (29,3%) receberam instruções para uso de recursos digitais.</p> <p>Impactos relatados na saúde mental: Tristeza, angústia, desvalorização profissional, sensação de impotência e pouco domínio no uso de tecnologias digitais e dificuldade de se adaptar ao novo formato de aulas.</p>
Souza <i>et al.</i> (2021)	<p>Período de coleta dos dados: NR. Local de trabalho: NR.</p> <p>Aumento na CHFT e CHIT: Para 86% aumento, para 9%, diminuiu e para 5%, não alterou. Alteração na renda familiar: Para 46%, diminuiu; para 52%, não alterou e para 3%, aumentou.</p> <p>Ferramentas tecnológicas usadas pelos docentes: NR.</p> <p>Impactos relatados na saúde mental: Mais dificuldade para realizar atividade docente durante a pandemia: Pensar em uma didática adequada para o ambiente virtual (53% ou 390), preocupação com os alunos que não conseguiam acessar as aulas (51% ou 373), ficar à vontade na frente das câmeras (42% ou 304), pouco conhecimento ou inabilidade no uso de plataformas digitais (37% ou 273), acesso à internet ou computador de boa qualidade (34% ou 250), trabalhar em casa (33% ou 245), relacionamento com os pais dos alunos (12% ou 86) e relacionamento com coordenação/direção da Instituição (11% ou 80). Houve correlação ($p < 0,05$), entre as dificuldades relatadas com maiores níveis de depressão, ansiedade e estresse, exceto para aqueles que relataram pouco conhecimento sobre ambientes virtuais.</p>
Zientarski; Souza; Martins (2021)	<p>Período de coleta dos dados: A partir de agosto de 2020. Local de trabalho: NR.</p> <p>Aumento na CHFT e CHIT: 100% relataram ter havido algum aumento. Alteração na renda familiar: Para 22%, diminuiu e para 78%, não alterou.</p> <p>Ferramentas tecnológicas usadas pelos docentes: NR. Acesso à internet: NR.</p> <p>Facilitação para uso de tecnologias digitais: 67% não receberam treinamento para desenvolver o trabalho, remotamente; 52% não receberam apoio ou orientação pedagógica; e 47% relataram um rápido treinamento para uso da plataforma online.</p> <p>Impactos relatados na saúde mental: Cobrança exagerada dos gestores, insegurança pela falta de treinamento e condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho remoto, aumento do estresse, esgotamento físico, desmotivação, ameaça de desemprego.</p>

continua...

AUTORES	DESFECOS
Cruz <i>et al.</i> (2020)	<p>Período de coleta dos dados: 2020. Local de trabalho: <i>Home office</i>.</p> <p>Aumento na CHFT e CHIT: NR. Mas, 52 (61, 9%) apresentavam CH semanal de até 20 h e 33 (39,3%) apresentavam mais que 20 h semanais de trabalho na dada instituição investigada. Alteração na renda familiar: NR.</p> <p>Ferramentas tecnológicas usadas pelos docentes: NR. Acesso à internet: NR.</p> <p>Facilitação para uso de tecnologias digitais: NR.</p> <p>Impactos relatados na saúde mental: Ansiedade, depressão, transtornos somatoformes.</p>
Duarte; Hypolito (2020)	<p>Período de coleta dos dados: Entre 8 a 30/06/2020. Local de trabalho: <i>Home Office:</i> 84%.</p> <p>Aumento na CHFT e CHIT: NR. Alteração na renda familiar: Para 82,4%, aumentou; para 5,3%, diminuiu; e para 12,3%, não alterou.</p> <p>Ferramentas tecnológicas usadas pelos docentes: 83% possuíam telefone celular, notebook ou microcomputador, porém, 43% compartilhavam o material com outras pessoas da residência limitando o acesso. Acesso à internet: 51 (0,3%) não possuíam acesso à internet em sua residência; 10,7% acessavam a internet por conexão discada, rádio ou outra forma; 25% acessavam a internet, através de plano de dados do celular; 64% possuíam conexão com a internet de alta velocidade (banda larga). Facilitação para uso de tecnologias digitais: 6,3% não receberam qualquer instrução para a nova realidade de trabalho e 93,7% receberam algum suporte das escolas para realizar o ensino remoto como apoio pedagógico, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), material impresso para professores e estudantes, aulas por TV ou rádio.</p> <p>Impactos relatados na saúde mental: NR.</p>

Legenda: NR: Não relatado no estudo; CH: Carga horária; CHFT: Carga horária formal de trabalho; CHIT: Carga horária informal de trabalho.

Fonte: elaboração própria.

Discussão

Esta revisão de escopo (RDE) teve por objetivo verificar as condições de trabalho relatadas por docentes atuantes na Educação Básica brasileira durante a pandemia da Covid-19. Sabemos que o surto desta doença afetou profundamente o setor educação, forçando a comunidade escolar a adaptar-se às novas formas de ensino e aprendizagem (Barbosa *et al.*, 2020). Por isso, é importante entender como foram as condições de trabalho docente nesse segmento de ensino e as consequências geradas na saúde ocupacional desses(as) professores(as). Isso pode ajudar a entender melhor os fatores que afetam a saúde e bem-estar dos(as) docentes.

Mudança de rotina, estresse, incertezas, medo de contaminação e aumento da carga de trabalho são fatores que agravaram as condições de trabalho, durante a

pandemia da Covid-19 (Barbosa *et al.*, 2020; Araujo *et al.*, 2020), e influenciaram a qualidade de ensino, bem como a saúde do (a) trabalhador (a) docente (Hernández; Calvillo, 2022; Barbosa *et al.*, 2022).

Sobre o perfil de pessoas investigadas, os estudos selecionados apresentaram um número total de professores(as) respondentes acima de 35 mil, sendo alguns feitos com coletas no âmbito nacional (Lima-Filho; Gonçalves; Santos, 2022; Moura; Melo, 2021; Souza *et al.*, 2021; Duarte; Hypolito, 2020), outros realizados por regiões como Sul, Sudeste e Nordeste do país (Rosseto; Rocha, 2022; Gomes; Gondim, 2021; Lima *et al.*, 2021; Zientarski; Souza; Martins, 2021; Cruz *et al.*, 2020). Quanto à idade desses profissionais, o presente estudo observou dados parecidos com os achados pelo Censo Escolar 2022 (Brasil, 2023), pois as faixas etárias de idade predominantes entre os(as) professores(as) da Educação Básica brasileira descritas pelo Censo foram de 40 a 49 anos (35,2%) e 30 a 39 anos (28,5%), ou seja, quando somadas ambas as categorias, identifica-se que mais de 63% dos(as) docentes brasileiros têm idades entre 30 e 49 anos.

Sobre a quantidade de professores(as) investigados, notou-se uma diferença pujante entre os gêneros, pois a maior parte dos(as) avaliados(as) foi mulher, representando 66% a 97% do total de entrevistados (as) (Lima-Filho; Gonçalves; Santos, 2022; Duarte; Hypolito, 2020). Esses dados vão de acordo com o Censo Escolar 2022 divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), que afirma ter cerca de 2,3 milhões de docentes, no Brasil, e que, destes, 1,8 milhões (79%) são mulheres (Brasil, 2023).

Além disso, ainda de acordo com o Censo Escolar 2022 (Brasil, 2023), esses números são ainda maiores quando se trata da Educação Infantil, já que, segundo a pesquisa, 97,2% dos(as) docentes atuantes nas creches e 94,2% dos(as) que trabalham nas pré-escolas do país são mulheres. Estes dados corroboram os achados na presente pesquisa, pois, no estudo de Moura *et al.* (2021), verificaram que 97,6% dos entrevistados, atuantes na Educação Infantil, eram mulheres.

Destarte, outro assunto importante a ser discutido quando se fala em Educação Básica é a formação acadêmica de docentes. Assim sendo, nesta pesquisa, pôde-se observar que a maioria dos docentes participantes das pesquisas possuía pós-graduação *lato sensu* (71,1% a 85%), enquanto um percentual bem menor (4,4%) apresentava pós-graduação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado) (Rosseto; Rocha, 2022; Lima *et al.*, 2021). Esses dados coadunam com os do observatório do Plano

Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2017), cuja proporção de docentes da Educação Básica brasileira, em 2017, com mestrado era 2,4% e doutorado, 0,4%, totalizando 2,8%, e assemelha-se aos dados do Censo 2018 da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, descritos por De Oliveira (2020), que observou haver, na Educação Básica, 4,6% de mestres e doutores. Esses dados confirmam a necessidade de planejamento e investimento maciço na formação de Professores da Educação Básica – níveis mestrado e doutorado – presentes no último Plano Nacional de Educação (2014 a 2024), que previa formar por volta de 50% dos professores da Educação Básica até o último ano de sua vigência (Brasil, 2014).

Sobre a estabilidade no trabalho entre as(os) profissionais investigadas(os), pôde-se notar que pouco mais de 50% eram funcionários concursados e, não obstante, pouco menos que a metade foi contratada por tempo determinado ou não. Todavia, dos nove estudos analisados, seis detectaram que as(os) professoras(es) atuavam apenas em escolas públicas (Lima-Filho; Gonçalves; Santos, 2022; Rosseto; Rocha, 2022; Gomes; Gondim, 2021; Lima *et al.*, 2021; Zientarski; Gomes; Martins, 2021; Duarte; Hypolito, 2020); outros atuavam conjuntamente em escolas públicas e privadas (Moura; Melo, 2021; Souza *et al.*, 2021; Cruz *et al.*, 2020).

O fato de haver professoras(es) que atuam em mais de uma escola não é novidade. Estudos recentes (Carvalho, 2022; Silveira; Cocco; Felipe-Junior, 2023) apontam que a maior parte das(os) profissionais que atuam na Educação Básica precisa trabalhar em mais de uma escola, turno, ciclos da educação ou, até mesmo em outras modalidades de trabalho para complementar a renda e, somente assim, ter um salário que possa atender às suas necessidades, uma vez que o salário de professor da Educação Básica vem sendo – ao longo dos anos – assolado pela inflação. O Anuário Brasileiro da Educação Básica (ABEB, 2019), realizado pelo Movimento Todos pela Educação, em 2019, identificou que a(o) professor(a) do Ensino Básico ganha entre 30% e 50% menos que profissionais de outras áreas com a mesma escolaridade. Todavia, no que tange à faixa salarial dos respondentes, nota-se que a maior parte das(os) docentes, cerca de dois terços, recebiam até três salários-mínimos e apenas um terço recebia acima de três salários (Lima-Filho; Gonçalves; Santos, 2022; Rosseto; Rocha, 2022; Lima *et al.*, 2021).

Nesta RDE, os estudos analisados tiveram suas coletas realizadas em 2020 (Lima-Filho; Gonçalves; Santos, 2022; Lima *et al.*, 2021; Cruz *et al.*, 2020; Duarte; Hypolito, 2020), a partir de 2020 (Zientarski; Gomes; Martins, 2021), em 202

(Gomes; Gondim, 2021; Moura; Melo, 2021), e outros artigos não informaram o período de coletas (Rosseto; Rocha, 2022; Souza *et al.*, 2021). Como se tratou de estudos que usaram questionários como meio de obter as informações dos participantes de suas pesquisas, esse é um dado importante a ser considerado porque quanto mais próximo do evento as perguntas são feitas, maior a probabilidade de ser fidedigna a resposta. Pode ser que, na medida em que o tempo foi se distanciando do ápice da pandemia ou de se estar vivendo aquela situação limite na educação, algumas memórias estejam mais amenas. Além disso, segundo Souza e Alexandre (2022), outros cuidados metodológicos precisam existir na condução de pesquisas que se utilizam de questionários, de modo que o instrumento empregado realmente retrate o que se está investigando. Quanto a isso, não houve descrição detalhada acerca da construção e validação dos questionários usados nas investigações.

Tratando-se da temática das relações de trabalho docente durante o período da pandemia da Covid-19, a diferença dos períodos de coleta de dados nos estudos investigados deve ser considerada na análise do conjunto de estudos. Desde a descoberta da doença, na China, em 2019 (WHO, 2020), houve várias fases da pandemia e do controle da contaminação como a adoção de medidas de distanciamento social. No Brasil, em especial, na área da Educação, no início de 2020, o MEC autorizou a substituição de aulas presenciais para remotas, através da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 (Barbosa; Viegas; Batista, 2020; Brasil, 2020). No ano seguinte, com a Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021 (Brasil, 2021), foi permitido o retorno às aulas presenciais. Porém, na prática, o que se viu foi uma organização não uniforme do trabalho entre as diferentes escolas.

Em alguns casos, as escolas particulares puderam implementar rapidamente medidas de ensino remoto, incluindo acesso a tecnologia e treinamento de professores(as), enquanto muitas escolas públicas enfrentaram desafios maiores para adaptar seus currículos e fornecer suporte aos(as) alunos(as) de baixa renda. No entanto, em outros casos, houve um esforço para fornecer recursos e tecnologia para escolas públicas a fim de garantir que todos os(as) alunos(as) tivessem acesso ao mesmo nível de ensino remoto (Bof; Moraes, 2023).

As desigualdades preexistentes entre escolas públicas e privadas foram ampliadas pela pandemia: A falta de recursos e a infraestrutura precária nas escolas públicas dificultaram a adoção de tecnologias e métodos de ensino à distância, resultando em menor engajamento dos alunos e maior risco de evasão escolar (Bof; Moraes,

2023). Tais dados complementam o que foi encontrado nesta RDE em referência à percepção dos professores naquela situação.

O aumento da carga horária foi relatado na maioria dos estudos incluídos nessa RDE. A CHIT foi aumentada por fatores como elaboração de aulas, tempo para aprender a lidar com plataformas digitais e equipamentos, aumento da carga de trabalho fazendo com que os professores precisassem continuar trabalhando, mesmo após o horário de expediente. Sobre isso, a(o) professor(a) já compõe um grupo de categorias profissionais propensas a desenvolverem doenças ocupacionais. Elevada carga de trabalho, exigência muscular repetitiva constante para permanecer em pé e os longos períodos sentados, duplas ou triplas jornadas para compor a renda são alguns dos fatores que explicam essa classificação. Além disso, exigências física, psicológica e emocional deste(a) trabalhador(a) compromete seu tempo livre e reduz suas oportunidades de ser fisicamente ativo ou ter momentos de lazer adequados (Pessoa; Moura; Farias, 2021).

O trabalho do(a) professor(a) não se limita ao período em que está em sala de aula ou na escola. Tarefas como pesquisa, planejamento, correção de atividades e aperfeiçoamento são realizadas frequentemente pelo(a) professor(a) em seu tempo livre, após o expediente e aos finais de semana, constituindo uma sobrecarga adicional e não contabilizada (ou remunerada) de trabalho. Consequentemente, as horas representadas nos contratos de trabalho podem não refletir o total de horas trabalhadas e dificultar a adoção de um estilo de vida saudável com atividades físicas de lazer, como visto em outros estudos que investigaram professores(as) (Hernández; Calvillo, 2022; Dias *et al.*, 2017).

No geral, as mulheres apareceram em maior número dentre os participantes dos estudos desta RDE. O impacto negativo do período pandêmico na saúde de professoras foi, também, investigado por Domingues (2022). Segundo a autora (p. 37), uma das hipóteses testada foi que professoras teriam se tornado mais sedentárias que os professores durante a pandemia. Apesar de a hipótese ter sido negada, a autora constatou que a quantidade de mulheres que assinalou “Responsabilidades domésticas e familiares como barreira para a prática de exercícios aumentou, na pandemia, foi proporcionalmente maior que o quantitativo de homens”. Para a autora, as mulheres ainda são, de fato, as principais responsáveis por desempenhar papéis sociais relacionados ao cuidado da casa e da família. E quando se trata das mulheres professoras trabalhando remotamente, elas enfrentam uma sobrecarga

adicional, tendo que acumular funções não apenas durante seu tempo cotidiano, mas também em seu próprio ambiente de trabalho, que agora, se confunde com sua residência. Isso corrobora os achados de Pessoa, Moura e Farias (2021).

Aumento da carga de trabalho sem alteração da renda é uma combinação que intensifica o desgaste emocional do(a) trabalhador(a). Nesta RDE, houve professores(as) que aumentaram a sua renda (Duarte; Hypolito, 2020); outros diminuíram (Lima *et al.*, 2021; Zientarski; Sousa; Martins, 2021), mas nem todos relataram essa informação (Lima-Filho; Gonçalves; Santos, 2022; Rosseto; Rocha, 2022; Gomes; Gondim, 2021; Moura; Melo, 2021; Souza *et al.*, 2021; Cruz *et al.*, 2020). Considera-se que é uma informação relevante que ajuda a compreender melhor os impactos negativos gerados na saúde dessas(es) trabalhadoras(es).

De acordo com a amostra de artigos desta revisão, a saúde mental de professoras(es) foi profundamente afetada pelo contexto da pandemia da Covid-19. Dentre as questões ressaltadas pelos(as) docentes, estão as situações de insegurança e ansiedade (Lima-Filho; Gonçalves; Santos, 2022; Rosseto; Rocha, 2022; Gomes; Gondim, 2021; Lima *et al.*, 2021; Souza *et al.*, 2021), tristeza, sensação de esgotamento e exaustão, sofrimento psíquico, irritabilidade, sentimento de culpa e frustração (Rosseto; Rocha, 2022), depressão (Souza *et al.*, 2021; Zientarski; Sousa; Martins, 2021; Cruz *et al.*, 2020) e estresse (Souza *et al.*, 2021; Zientarski; Sousa; Martins, 2021). Além disso, a pesquisa de Rosseto e Rocha (2022) apontou o medo de contrair ou morrer pela Covid-19 e/ou a perda de pessoas próximas, o que acarretou “angústia, ansiedade, insônia, nervosismo, preocupação e sentimento de culpa e frustração” (p. 75).

Embora o enfoque desta RDE tenha sido a saúde mental de professoras(es), a saúde física é expressa pelas dores no corpo diante do trabalho executado na posição sentada por mais de doze horas, que associadas às sensações de esgotamento e do receio de não “dar conta” das atividades, influenciaram o modo de viver de docentes (Rosseto; Rocha, 2022). Foram relatadas as dificuldades de manter o processo de sono em equilíbrio (Lima *et al.*, 2021) e o esgotamento físico (Zientarski; Sousa; Martins, 2021).

Ainda com relação às doenças físicas, 32,5% dos(as) docentes disseram ter asma, *diabetes melittus*, doença cardíaca, fibromialgia, hipertensão arterial, obesidade e baixa imunidade (Zientarski; Sousa; Martins, 2021). A diminuição da renda familiar durante o período pandêmico foi associada com os casos de tristeza, ansiedade e dificuldades com o sono entre docentes. Isto implica dizer que, com a diminuição

da renda, os gastos com a saúde foram reduzidos, trazendo implicações diretas na saúde e qualidade de vida dos(as) docentes (Lima *et al.*, 2021).

Com isso, evidencia-se que na relação entre o trabalho docente e a saúde de professores(as) antes mesmo da pandemia da Covid-19, as licenças médicas e o absenteísmo de docentes, nas mais diversas partes do mundo, eram motivos de preocupações. Entretanto, com seu advento, ter que lidar com as novas estratégias de ensino associado ao medo da doença trouxe impactos importantes à vida de professoras(es). As incertezas face aos possíveis desempregos, adoecimentos e a conciliação entre o trabalho produtivo e reprodutivo foram, pouco a pouco, sendo os motivos de extremo cansaço e fadiga (Martinez; Gonçalves, 2021). Dessa maneira, essas reflexões colaboram para entender os resultados desta RDE, em que os estudos analisados apontam o adoecimento mental e psíquico de professoras(es).

Outro aspecto trazido nesta revisão diz respeito ao adoecimento de professoras(es), em que autores afirmam que, na sociedade capitalista, há a individualização do sofrimento psíquico (Rosseto; Rocha, 2022). Esse cenário aponta às facetas do neoliberalismo em que há a culpabilização do próprio indivíduo sobre o seu adoecimento. Portanto, concorda-se com Oliveira; Pereira e Lima (2017, p. 617) que: “[...] é fundamental denunciarmos o modelo produtivista, que se assenta na lógica neoliberal, a qual divide e adoce os trabalhadores”.

É importante considerar também as vivências de assédio moral entre docentes retratadas na pesquisa de Zientarski; Souza e Martins (2021). Os resultados apontam os constrangimentos, autoritarismo, decisões arbitrárias e as ameaças de demissão ao questionarem sobre o aumento das demandas de trabalho na pandemia. Ademais, ressaltam as cobranças para o retorno às aulas presenciais; incentivo à produção aligeirada da aprendizagem; exigência de ir à unidade escolar em tempo de isolamento social; cerceamento — por parte da gestão escolar — de discussões de cunho sociopolítico. Uma professora relata certo “descontentamento” do diretor da escola por ela ser de grupo de risco e, portanto, começou a ignorá-la e ameaçá-la de retirar a sua gratificação, ocasionando episódios de choro e depressão (Zientarski; Sousa; Martins, 2021).

Conforme aponta a literatura, as ocorrências de assédio moral não são exclusivas do trabalho docente. No entanto, é uma das violências que pode acometer estudantes e professores(as) de todos os níveis de ensino. Tem como características as práticas de humilhação, perversidade, abusos de poder, isolamento do(a) trabalhador(a),

mudanças de postos de trabalho, intensificação das atividades laborais com vistas a prejudicar a dinâmica social e laboral do(a) trabalhador(a), dentre outros. Esse contexto de violência pode levar à desestruturação psíquica e os problemas de saúde, sobretudo os de ordem emocional (Andrade; Assis, 2018).

Se por um lado, houve a intensificação do trabalho expresso pelo aumento das demandas, necessidade de lidar com os recursos tecnológicos (ou com a ausência deles), com o medo do adoecimento e morte pela Covid-19 e a exacerbação do trabalho reprodutivo, ainda vivenciaram as violências laborais. Portanto, essas experiências de assédio moral devem ser mais exploradas em estudos para que se possa ter a dimensão dos casos vividos por docentes no período pandêmico e seus reflexos na saúde de docentes.

Contudo, embora esta RDE evidencie os efeitos deletérios das condições de trabalho na saúde de docentes com situações de desvalorização profissional, frustração, cansaço, descrenças (Lima *et al.*, 2021), em uma pesquisa, houve relatos de sentimentos positivos como a esperança, paciência, calma, serenidade, disposição e felicidade (Lima-Filho; Gonçalves; Santos, 2022). Esse talvez seja outro ponto a ser explorado, em futuras pesquisas, para se compreender as estratégias de enfrentamento que professores(as) estabeleceram durante a pandemia.

Com relação às relações de gênero no trabalho docente, alguns estudos desta RDE trazem a perspectiva da intensificação do trabalho de professoras, pois, tiveram que lidar com o trabalho de cuidado doméstico e reprodutivo (Rosseto; Rocha, 2022; Gomes; Gondim, 2021), que apesar das dificuldades de realizarem atividades físicas e de cunho interpessoal (Rosseto; Rocha, 2022), criaram estratégias para fazer algum tipo de atividade relaxante, como a caminhada, meditação ou acompanhamento de programas televisivos (Gomes; Gondim, 2021).

A respeito das diferenciações entre ser professor e professora, foi constatado que as mulheres têm mais chances (1,62 vezes) de ter ansiedade e depressão (Cruz *et al.*, 2020); os homens tendem a ter menos sentimentos negativos que as mulheres, já que elas estão sobrecarregadas com o trabalho doméstico (Lima-Filho; Gonçalves; Santos, 2022).

Entretanto, ainda que esses aspectos tenham sido trazidos pelas referidas pesquisas, não houve um aprofundamento teórico e metodológico para explorar em que medida as condições de trabalho das mulheres, na sua dupla dimensão (produtivo e reprodutivo), foram afetadas tampouco a relação com a saúde. A

perspectiva teórica da divisão sexual do trabalho, desde os anos da década de 1980, reafirma a intensificação e a sobrecarga do trabalho das mulheres, que ao realizarem as atividades na esfera reprodutiva (o cuidado e a organização familiar, o exercício da maternidade ou maternagem, a realização de atividades domésticas etc.) são exercidas de maneira gratuita (Hirata; Kergoat, 2020).

Ao relatarmos a existência da sobrecarga do trabalho docente na pandemia, não é possível analisá-la, sobretudo quando se trata de profissões predominantemente femininas, como a docência, sem se analisar as relações de gênero que subjuga as mulheres às atividades de cuidado dentro e fora do espaço doméstico (Hirata; Kergoat, 2020).

Finalmente, a não facilitação para o uso de tecnologias digitais necessário ao novo formato de trabalho docente imposto pela pandemia serviu como uma sobrecarga ao trabalho do(a) professor(a), que pode ser intenso e volumoso tal como comentado. Se, por um lado, o Brasil, ainda carece de democratizar o acesso à internet, é importante, também, repensar como pode se dar essa inclusão digital das pessoas. Com a pandemia, conforme Domingues (2022, p. 46), “o novo formato de aulas remotas fez com que mesmo os profissionais não habituados ao uso de tecnologias passassem a utilizá-la, tornando o acesso digital mais amplo”. Não houve, no entanto, um preparo para que essa transição ocorresse da melhor forma e diminuíssem o impacto gerado na saúde de trabalhadoras(es) que necessitaram continuar seus trabalhos de forma remota.

Conclusão

Esta RDE verificou as condições de trabalho e aspectos de saúde mental relatados por docentes da Educação Básica na rede pública brasileira durante a pandemia da Covid-19. A maioria dos(as) participantes dos estudos é composta por mulheres, que relataram a diminuição da renda familiar em contraponto ao aumento da carga de trabalho. Esta foi ocasionada pelo contexto pandêmico, pois acentuaram-se as imbricações do trabalho doméstico com as atividades profissionais, especialmente, para as professoras.

Associadas a isso, as condições precárias no desenvolvimento do trabalho no novo formato de aulas e as dificuldades de acesso à internet e de comunicação com estudantes e gestores(as) trouxeram influências na saúde mental, como quadros

de depressão, ansiedade, sofrimento psíquico, tristeza, dificuldades para dormir, descontentamento, dentre outros; além de dores no corpo devido ao longo tempo na posição sentada. O assédio moral foi relatado em pesquisas, o que reitera a necessidade de explorar esta violência no trabalho e as suas inter-relações com a saúde mental.

Neste sentido, realizar análises do trabalho reprodutivo e produtivo é importante para reiterar, como aponta esta RDE, a sobrecarga das demandas que foram realizadas pelas professoras. Atividades domésticas e de cuidado realizadas pelas mulheres foram realizadas para a contenção da pandemia, com vistas à manutenção da vida. Portanto, considerar as relações de gênero no contexto do trabalho docente é impulsionar políticas públicas de saúde do trabalhador e da trabalhadora, entendendo que as atividades laborais não se esgotam nas salas de aula.

Estudos adicionais são importantes para retratar o cenário atual e medidas que foram ou podem ser tomadas para amenizar tais consequências negativas e priorizar a saúde da(o) docente com valorização do seu trabalho.¹

Referências

ANDRADE, C. B.; ASSIS, S. G. Assédio moral no trabalho, gênero, raça e poder: revisão de literatura. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 43, p. 1-13, 2018.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. *Todos pela educação/moderna*. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ARAÚJO, R. M. *et al.* Covid-19, mudanças em práticas educacionais e a percepção de estresse por docentes do ensino superior no Brasil. *Revista Brasileira de Informática na Educação*, v. 28, p. 864-891, 2020.

AYALA CARRILLO, M. D. R.; PÉREZ-FRA, M. D. M.; ZAPATA MARTELO, E. M. Trabajo docente, vida cotidiana y cuidados en tiempos de COVID-19 en México. La ventana. *Revista de estudios de genero*, v. 7, n. 57, p. 77-107, 2023.

BARBOSA, A. M.; VIEGAS, M. A.; BATISTA, R. L. Aulas presenciais em tempos de pandemia: relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. *Revista Augustus*, v. 25, n. 51, p. 255-280, 2020.

BARBOSA, R. E. C. *et al.* Back pain occurred due to changes in routinary activities among Brazilian schoolteachers during the COVID-19 pandemic. *Int Arch Occup Environ Health*, v. 95, n. 2, p. 527-538, 2022.

BITENCOURT, S. M.; ANDRADE, C. B. Trabalhadoras da saúde face à pandemia: por uma análise sociológica do trabalho de cuidado. *Ciencia & Saude Coletiva*, v. 26, n. 3, p. 1013-1022, 2021.

BOF, A. M; MORAES, G. H. Impactos da pandemia no aprendizado dos estudantes brasileiros. *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, v. 7, p. 277-306, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Censo da Educação Básica 2020: resumo técnico*. INEP, 2021. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf>. Acesso em: 14.mar.2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse Estatística da Educação Básica – 2017*. Brasília, DF: INEP, 2017. Disponível em:< <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Professoras são 79% da docência de Educação Básica no Brasil*. 2023. Disponível em:< [BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 13.005*, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 25 jun. 2014. Disponível em:< \[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm\)>. Acesso em: 26 abr. 2023.](https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil#:~:text=O%20ensino%20b%C3%AAsico%20brasileiro%2C%20em,79%2C%25)%20s%C3%A3o%20professoras.>. Acesso em: 21 br. 2023.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, n. 53. Disponível em:<<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/03/2020&jornal=515&pagina=39&totalArquivos=125>>. Acesso em: 06 br. 2023.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2*, de 5 de agosto de 2021. Disponível em:<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-5-de-agosto-de-2021-336647801>>. Acessa em: 27 fev. 2023.

CARVALHO, V. D. Estressores ocupacionais e docência na Educação Básica: Relatos de professores atuantes em escolas públicas. *Psico*, v. 53, n. 1, p. 1-12, 2022.

CRUZ, R. M. C. *et al.* Retorno ao trabalho? Indicadores de saúde mental em professores durante a pandemia da Covid-19. *Revista Polyphonia*, v. 31, n. 1, p. 325-344, 2020.

DE OLIVEIRA, D. K. B. Professores mestres e doutores na Educação Básica do Distrito Federal: realidade, perspectivas e desafios. *Práxis Educacional*, v. 16, n. 37, p. 376-392, 2020.

DESCRITORES EM CIÊNCIAS DA SAÚDE: *DeCS*. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS, 2017. Disponível em: <<http://decs.bvsalud.org>>. Acesso em: 05 out. 2022.

DIAS, D. F. *et al.* Insufficient free-time physical activity and occupational factors in Brazilian public school teachers. *Revista de Saúde Pública*, v. 51, n. 68, p. 1-10, 2017.

DOMINGUES, S. B. C. Prática de exercício e comportamento sedentário de professores atuantes no Brasil antes e durante a pandemia de Covid-19. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

DUARTE, A. W. B.; HYPOLITO, Á. M. Docência em tempos de Covid-19: uma análise das condições de trabalho em meio a pandemia. *Retratos da Escola*, v. 14, n. 30, p. 736-752, 2020.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Educação escolar em tempos de pandemia*. Informe 1. Brasília, s/d. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1/>>. Acesso em: 6 mar. 2024.

GOMES, S. R. S.; GONDIM, L. S. S. Estresse ocupacional em professores da rede municipal de Floresta-PE na pandemia da COVID-19. *Revista Psicoatualidades*, v. 1, n. 1, p. 82-96, 2021.

HERNÁNDEZ, B. A. R.; CALVILLO, O. O. S. Prácticas docentes en primarias rurales y urbano-marginadas durante la pandemia por COVID-19. *Diálogos sobre educación*, v. 13, n. 25, p. 1-19, 2022.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Atividade da divisão sexual e centralidade do trabalho de mulheres. *Revista de Ciências Sociais- Política & Trabalho*, n. 53, p. 22-34, 2020.

INSTITUTO PENÍNSULA. *Impactos da pandemia no trabalho docente*: pesquisa sobre as percepções dos professores brasileiros, 2020. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Impactos-da-Pandemia-no-Trabalho-Docente.pdf>

JOANNA BRIGGS INSTITUTE. *The Joanna Briggs Institute Reviewers' Manual 2015*. Disponível em: <http://joannabriggs.org/assets/docs/sumari/Reviewers-Manual_Methodology-for-JBI-Scoping-Reviews_2015_v2.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

LEÃO, R.; OLIVEIRA, D.; APARECIDA, N. La salud del profesional y las condiciones de trabajo. *Revista Retratos da Escola*, v. 6, n. 11, p. 301-313, 2012.

LIMA-FILHO, I. P.; GONÇALVES, D. N.; SANTOS, H. R. O trabalho docente e a pandemia de Covid-19: uma investigação nacional com professores do ensino médio e fundamental. *Teoria e Cultura*, v. 17, n. 1, p. 11-23, 2022.

LIMA, C. A. *et al.* Redução da renda familiar dos professores da Educação Básica de Minas Gerais na pandemia da Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, n. 1, p. 1-14, 2021.

MARTINEZ, D.; GONÇALVES, G. La salud mental de los/las docentes y sus condiciones de trabajo durante la pandemia. In: OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JUNIOR, E.; CLEMENTINO,

- A. M. (Orgs.). *Trabalho docente em tempos de pandemia em América Latina: análise comparado* [Internet]. Brasília, DF: IEAL/CNTE/Red Estrado; 2021. p. 125-44. Disponível em:<https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2021/10/Ebook-1-trabalho_docente_pandemia_AL_analisis_web.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 1.823*, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. 2012. Disponível em:<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- MOURA, A. C. C.; MELO, J. C. Recursos tecnológicos: condições de trabalho e práticas pedagógicas em tempos de pandemia, relatos dos (as) educadores (as) da educação infantil. *Multidebates*, v. 5, n. 4, p. 10-24, 2021.
- OLIVEIRA, A. D.; PEREIRA, M. D.; LIMA, L. M. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. *Psicol Esc Educ*, v. 21, n. 3, p. 609-19, 2017.
- OLIVEIRA, D. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. *Revista USP*, v. 127, p. 27-40, 2020.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Teachers and the crisis: the role of social dialogue in addressing the COVID-19 pandemic*. 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/publication/wcms_808331.pdf
- OUZZANI, M. *et al.* Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. *Systematic reviews*, v. 5, n. 1, p. 1-10, 2016.
- PAGE, M. J. *et al.* *The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews*; 2021. Disponível em:< <https://www.bmj.com/content/372/bmj.n71>>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- PETERS, M. D. *et al.* Chapter 11: scoping reviews: Joanna Briggs Institute Reviewer’s Manual 2020. The Joanna Briggs Institute 2020. Disponível em:<<https://reviewersmanual.joannabriggs.org/>>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- PESSOA, A. R.; MOURA, M. M.; FARIAS, I. M. A composição do tempo social de mulheres professoras durante a pandemia. *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 24, n. 1, p. 161-194, 2021.
- POCHMANN, M. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 1, p. 89-99, 2020.
- ROSSETTO, E.; ROCHA, G. S. Realidades vivenciadas por professores no período de pandemia de COVID-19. *Humanidades & Inovação*, v. 9, n. 10, p. 67-78, 2022.
- SILVEIRA, M. R; COCCO, R. G; FELIPE JUNIOR, N. F. Algumas reflexões sobre os rumos da educação no Brasil. *LabCit/GEDRI*, v. 4, n. 1, p. 1-31, 2023.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Impactos da pandemia na saúde mental dos professores*. São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.sinprosp.org.br/arquivos/destaque/saude_mental_relatorio_2021.pdf

SOUZA, A. C. D; ALEXANDRE, N. M. C; GUIRARDELLO, E. D. B. Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. *Epidemiologia e serviços de saúde*, v. 26, n. 3, p. 649-659, 2022.

SOUZA, N. A; LEITE, M. P. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da Educação Básica no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 32, p. 1105-21, 2011.

SOUZA, J. M. *et al.* Docência na pandemia: saúde mental e percepções sobre o trabalho online. *Teoria e Prática da Educação*, v. 24, n. 2, p. 142-159, 2021.

TRICCO, A. C. *et al.* PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Annals of Internal Medicine*, v. 169, n. 7, p. 467-473, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Novel Coronavirus (2019-nCoV) Situation Report – I*. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200121-sitrep-1-2019-ncov.pdf?sfvrsn=20a99c10_4>. Acesso em: 06 abr. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Overview of public health and social measures in the context of COVID-19. *Interim Guidance*, p. 1-8, 2020. Disponível em: <www.who.int/emergencies/diseases/novel->. Acesso em: 26 fev. 2024.

ZIENTARSKI, C.; SOUSA, E. M. O. S; MARTINS, I. C. C. Trabalho docente em tempos de pandemia: a realidade vivenciada por professores e equipes gestoras de instituições de ensino da região metropolitana de Fortaleza/CE. 2021. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 10, n. 3, p. 1012-1036, 2021.

Nota

¹ J. N. da Silva Filho e C. B. Andrade: concepção e delineamento, redação do artigo e aprovação da versão a ser publicada. F. Porto: delineamento, redação do artigo e aprovação da versão a ser publicada.

Abstract

The impact of the COVID-19 pandemic on working conditions in the Elementary Education teacher category in Brazil through a scope review: precariousness, female work, and health

Objective: To assess changes in the working conditions and mental health reported by Basic Education teachers of the Brazilian public network during the COVID-19 pandemic.

Method: Scoping review, registered in the Open Science Framework, and followed the recommendations of the Joanna Briggs Institute method and the PCC mnemonics (Population, Concept, and Context) to formulate the research question. Articles published in Portuguese, English, and Spanish, between 2020-2022, were searched in LILACS, Periodicals CAPES, SciELO, MEDLINE (PubMed), and ERIC databases. **Results:** After applying the eligibility criteria, 9 studies were selected, totaling 35,000 teachers interviewed, mostly women with a predominance of the age group 30 and 49 years. Most reported increased workload, decreased remuneration, and no facilitation for digital technologies. The negative impact on mental health during the period was perceived by emotional exhaustion, depression, anxiety, and insomnia. **Conclusion:** More women participated in the studies and reported decreased income, increased workload, overlapping of domestic tasks with professionals, precarious conditions to develop work in the new class format, and difficulty in accessing the internet and communicating with students and administrators.

► **Keywords:** Faculty. Teleworking. Mental Health. Education. Elementary and Grade School. COVID-19.

